



MRM DEVE APOSTAR NO DIÁLOGO E INCLUSÃO

Combater mineração ilegal de rubis através de detenções e condenações pode levar à radicalização de jovens

- A persistência da mineração ilegal na área concessionada à Montepuez Ruby Mining (MRM) revela que o problema não será resolvido apenas com operações policiais e/ou processos judiciais. Aliás, a aposta em soluções que implicam o uso de forças de segurança e a privação de liberdade pode, por um lado, afectar negativamente as relações entre a empresa concessionária e as comunidades locais e, por outro, levar à radicalização dos jovens envolvidos na mineração ilegal de rubis.



- As operações de segurança e os processos judiciais devem ser complementados por iniciativas concretas de diálogo franco e aberto envolvendo a MRM, as autoridades locais e as comunidades que vivem nas proximidades da concessão mineira. Só dialogando com as comunidades locais é que a empresa concessionária poderá obter a “licença social” para continuar a explorar a mina de rubi de Namanhumbir, sem incidentes de minerada ilegal.

A través de um comunicado de imprensa de 13 de Abril, a Montepuez Ruby Mining - subsidiária da britânica Gemfield que explora um dos maiores depósitos de rubis do mundo -, informou que o Tribunal Judicial do Distrito de Montepuez condenou várias pessoas pela prática de crimes de invasão, tentativa de exploração mineira ilegal e mineração ilegal na área concessionada à empresa.

O comunicado destaca a condenação de dois arguidos, nomeadamente Mbonda Macesse, condenado a quatro (4) anos de prisão e seis (6) meses de multa; e Manuel Pedro, condenado a quatro (4) anos de prisão e oito (8) meses de multa. A moldura penal abstracta neste tipo de crimes é de um a cinco anos de prisão e multa até dois anos, o que significa que os arguidos Mbonda Macesse e Manuel Pedro tiveram condenações próximas da pena máxima.

A Montepuez Ruby Mining faz notar que as condenações revelam que as autoridades judiciais ao nível distrital, provincial e nacional estão a levar a sério a questão da mineração ilegal em Moçambique, tendo em conta os danos que causa à economia nacional e ao tecido social local. “A Montepuez Ruby Mining continuará a trabalhar em estreita colaboração com as autoridades para assegurar que aqueles que forem encontrados a praticar a exploração ilegal de rubis na sua concessão sejam tratados em conformidade com a lei”.

A empresa diz que está preocupada com o número crescente de incidentes, ataques e mortes envolvendo mineiros ilegais na sua concessão. Trata-se, nas palavras da Montepuez Ruby Mining, de uma situação que também deixa preocupadas as comunidades locais, uma vez as suas aldeias estão pressionadas devido ao fluxo de mineiros ilegais, tanto nacionais como estrangei-

ros. “As práticas inseguras dos mineiros ilegais, que são normalmente supervisionados ou coagidos por sindicatos de contrabando ilegal de pedras preciosas, financiados por comerciantes estrangeiros que operam na região, continuam a resultar na perda desnecessária de vidas”.

Segundo o comunicado, a Montepuez Ruby Mining tem levado a cabo actividades contínuas de comunicação com vista a alertar para os perigos da exploração mineira ilegal, bem como sensibilizar as comunidades próximas (onde os mineiros ilegais se abrigam temporariamente) sobre os perigos da exploração mineira ilegal. “Estes incidentes foram levados ao conhecimento das autoridades, tanto a nível provincial como nacional, na esperança de que sejam tomadas medidas mais proactivas contra aqueles que financiam, facilitam e encorajam o comércio ilegal de rubis moçambicanos, prejudicando Moçambique e a sua população, em resultado da perda de vidas e privação das tão necessárias receitas fiscais dos recursos minerais”.

Além das condenações, a mineração ilegal na área concessionada à Montepuez Ruby Mining tem resultado em mortes de dezenas de pessoas envolvidas. Por exemplo, em Fevereiro de 2019 pelo menos 10 pessoas morreram na sequência de desabamento de uma mina artesanal de rubis em Namanhumbir, Distrito de Montepuez¹. Já em Fevereiro de 2020, 11 pessoas (10 moçambicanos e um estrangeiro) morreram soterradas quando praticaram mineração ilegal na concessão da Montepuez Ruby Mining².

As mortes de pessoas envolvidas na mineração ilegal dentro da concessão da Montepuez Ruby Mining continuaram em 2021. No primeiro semestre, a empresa contabilizava oito pessoas que morreram quando praticavam a mineração ilegal em Namanhumbir³. Em Março de 2017, as

¹ <https://portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Desabamento-de-mina-artesanal-de-rubi-faz-10-mortos-em-Cabo-Delgado>

² <https://www.jornalnoticias.co.mz/nacional/exploracao-ilegal-de-rubis-onze-garimpeiros-morrem-soterrados-em-namanhumbir/>

³ <https://www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/8060-mrm-reporta-mais-uma-morte-na-sua-mina-em-namanhumbir>



Créditos: Tomás Queifáce

autoridades levaram a cabo uma mega operação contra a mineração ilegal de rubis em Namanhumbir e que resultou na expulsão de centenas de “garimpeiros” nacionais e estrangeiros que operavam na zona⁴.

Mas a operação foi manchada por queixas e acusações de violações e abusos de direitos humanos perpetrados por agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) e por empresas de segurança privada contratadas pela concessionária da mina de rubis de Namanhumbir, a Montepuez Ruby Mining. Tortura física, violações sexuais, destruição de casas, pessoas enterradas vivas, detenções arbitrárias – foram as principais queixas apresentadas pelas comunidades que vivem nas proximidades da concessão⁵.

Entretanto, a persistência da mineração ilegal envolvendo jovens de Cabo Delgado e não só revela que o problema não será resolvido apenas com operações policiais e/ou processos judiciais. Aliás, a aposta em soluções que implicam o uso de força de segurança e a privação de liberdade pode, por um lado, afectar negativamente as relações entre a empresa concessionária e as comunidades locais e, por outro, levar à radicalização dos jovens envolvidos na mineração ile-

gal.

Na verdade, maior parte das pessoas envolvidas em operações de mineração ilegal de rubis é constituída por jovens marginalizados, sem formação profissional e privados de oportunidades económicas e que encontram naquela actividade artesanal uma fonte de sustento. Investir na sua repressão e prisão pode contribuir para a criação de um sentimento de revolta, aumentando assim os riscos de vulnerabilidade ao recrutamento pelos grupos extremistas que protagonizam ataques no norte de Cabo Delgado.

Por isso, o CDD defende que as operações de segurança e os processos judiciais devem ser complementados com iniciativas concretas de diálogo franco e aberto envolvendo a Montepuez Ruby Mining, as autoridades locais e as comunidades que vivem nas proximidades da concessão mineira de rubis. Só dialogando com as comunidades locais é que a empresa concessionária poderá obter a “licença social” para continuar a explorar a mina de rubi de Namanhumbir.

Além do diálogo, acções de responsabilidade social corporativa são necessárias para construir um sentimento de inclusão socioeconómica entre as famílias que vivem em Namanhumbir.

⁴ <https://www.voaportugues.com/a/ataques-em-cabo-delgado-com-novo-elemento-garimpeiros-ilegais/4934431.html>

⁵ <https://www.opais.co.mz/namanhumbir-denuncia-graves-violacoes-de-direitos-humanos/>

Quando as comunidades começarem a sentir os benefícios da extracção de rubis elas serão mais proactivas na prevenção e combate à mineração ilegal.

A Montepuez Ruby Mining Limitada é detida em 75% pela multinacional britânica Gemfields e em 25% pela Mwirity Limitada, empresa ligada à elite política da Frelimo. As suas operações

iniciaram em 2012 e neste momento a empresa emprega cerca de 1.400 trabalhadores, a maioria nacionais. A mina de Montepuez fornece ao mercado mundial mais da metade dos rubis de qualidade, e paga mais de 100 milhões em receita fiscal para o Governo e mais de 1% da receita é alocada para estabelecer projectos comunitários e de conservação⁶.

⁶ <https://gemfields.com/about/our-mines-and-brands/montepuez-ruby-mine/>



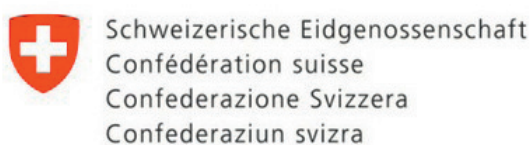
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Prof. Domingos do Rosário
Coordenador-Adjunto do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beúla; Leonel Sapite (Nampula); Abdul Gafur Monteiro Tavares (Cabo Delgado); Evaristo Lucas (Niassa)
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Embaixada da Suíça em Moçambique